Globalização e a dialética dos estados nacionais

Profa. Dra. Rosalinda Chedian Pimentei

Resumo - Discussão sobre os movimentos que têm caracterizado as economias planetárias e levado ao questionamento sobre os aspectos de preservação de poder e de decisão dos Estados nacionais e do aparente enfraquecimento ante o fenômeno de globalização. O fato de tais Estados transformarem em realidade a globalização, ao mesmo tempo, que se procuram fortalecer, constrói a dialética que é motivo do presente ensaio. A discussão é essencialmente teórica, levando autores a dialogarem entre si sobre o tema tratado.

Resumen - Discusión sobre los movimientos que tienen caracterizado las economias planetárias y llevado al cuestionamiento sobre los aspectos de preservación de poder y de decisión de los naciones y del si aparente debilidad ante el fenômeno de globalización. El facto de tales naciones transformaren en realidad la globalización, al mismo tiempo que si procuran fortalecer, construye la dialéctica que es motivo del presente ensayo. La discusión es esencialmente teórica, llevando autores a dialogaren entre si sobre el tema tratado.

Introdução

A questão dos discursos democráticos como instrumento de legitimação de políticas de curto prazo dos Estados nacionais traz, na sua essência, a dialética do fenômeno da globalização, que há muito tempo caracteriza as relações entre as nações. O fato de a globalização se realizar através dos Estados-nações reconfigura uma nova territorialidade dos Estados soberanos e, assim, afeta a soberania nacional.

As formas de nacionalismo, ao inserirem-se no percurso da globalização, criam uma personalidade global de concepções estáveis de identidade nacional, levando a uma forma de cidadania supranacional em conflito permanente com a cidadania nacional. O multiculturalismo, a criação de mitos de identidade e os discursos tribalistas são alguns dos fatores integrantes e integradores desta complexa rede de relações e de reconhecimento.

Um exemplo que pode ser mencionado, embora em escala menor em relação ao exposto no parágrafo anterior, são as chamadas cidades globais, onde as identidades coletivas e a cultura global estão associadas de modo tênue, mas altamente significativo na consolidação de uma nova ordem social de longo prazo.

Segundo Martin **Albrow** (1999):

> *(...) a posição sobre nacionalismo foi a de que, enquanto o Estado continua a se desenvolvei; os 'Estados-nação, como forma especial do Estado, estão em declínio, juntamente com o declínio do nacionalismo baseado em Estado-nação, até mesmo o nacionalismo de nações sem autogovernança deve crescer. Nações, coletividades com um senso de passado comum ao qual a grande maioria das pessoas é associada ao nascer, igualmente expandem-se e contraem-se sem qualquer tendência histórica.*

O desenvolvimento desse argumento leva em consideração as narrativas de nação e identidade nacional, ao foco da nacionalidade, como característica atribuída aos indivíduos, às coletividades, aos objetos naturais e culturais, para os quais a relação com a nação como coletividade é apenas uma das possíveis bases. Outra base analítica é o capitalismo, que, datado, pode ser expresso como clássico até os anos 1960 e, tardio, após esta data, como os casos brasileiro e japonês.

O fato é que, independentemente da ótica pela qual se avalia a afirmativa de Albrow, sociológica/econômica, a questão que emerge é se o Estado seria o mesmo se a população mudasse. É meramente uma questão territorial ou transcende o espaço físico?

Esse é o desafio do presente artigo, que usará o método dedutivo e exploratório, recorrendo à literatura e a diferentes autores para construir o diálogo entre eles,

A associação entre lugares, territórios e sociedades é complexa e traz perplexidade uma vez que suscita questões de acolhimento, recepção e conflitos entre os imigrantes e os hospedeiros.

Friedman também reconhece este fenômeno quando desvincula a modernidade dos tempos modernos, tratando-os como tendências de todas as civilizações comerciais, ou seja, como o capital. Em citação de Albrow [1], Friedman atribui mais a Weber do que a Marx a percepção sobre o processo do comércio como instrumento da globalização.

p. 19-37

1. A globalização do nacionalismo

A globalização como narrativa histórica apresenta problemas intrínsecos, como menciona Habermas, que trata da globalização dos direitos humanos também como traço inerentemente moderno e em fase de construção. Smith atualiza a tese weberiana da racionalização, fazendo dela a globalização da modernidade, Outros pensadores vêem na etnia ou na religião o eixo explicativo do fenômeno da globalização. A mundialização defendida por trabalha com os aspectos de aculturamento como veículo de integração global.

Ianni também traçou o perfil da globalização e rotulou-a sob diferentes linguagens para a sua cognição, seja pelo perfil humano, pelo capital ou pela tecnologia. Em sua forma mais simples, a globalização de qualquer traço ou fenômeno não deve ser igualada por um traço sobre os demais, uma vez que a conjugação de todas essas particularidades permite a construção de uma nova sociedade. Logo, está-se tratando de nação.

Qualquer descrição do mundo contemporâneo adota abstrações para análise, tais como: Estado, território, cultura, economia, sociedade e nação. A síntese dessas abstrações pode ser entendida como expansão do processo democrático pelo globo, que emerge das propostas reformistas nas quais a legitimação, as instituições, os movimentos sociais tecem a rede de conexão transnacional. Estas conexões têm causado a diminuição da habilidade dos governos de Estado em negociar coisas importantes e deliberar de acordo com os interesses nacionais. O poder decisório efetivo sobre partes das economias transnacionais está acontecendo em áreas outras que não as dos Estados nacionais.

Os quase-governos transestaduais formalmente constituídos, dos quais a União Européia é um exemplo pródigo de situações, transpiram a globalização restrita em suas fronteiras, enquanto território e jurisdição, em posição contraditória com sua atuação em fóruns internacionais como o das Nações Unidas. Enquanto os signatários da União Européia redefinem o direito ao bem-estar social, a ONU envia ajuda humanitária e soldados armados a Estados falidos, como a Somália.

Outro exemplo são os acordos firmados sobre regulação de níveis e de natureza de integração econômica, como o do Mercado do Sul - Mercosul[2] - e o Tratado de Livre Comércio Norte-Americano - Nafta[3] -, ou aqueles constituídos por interesses financeiros para a tomada de decisão sobre a movimentação dos fluxos financeiros, dos quais o Fundo Monetário Nacional - FMI - e o Banco Mundial - BIRD - são os mais expressivos agentes.

No informalismo de mercado, muitas vezes, também, na ilegalidade, pode-se citar a movimentação dos bens gerados pela pirataria e pelo submundo das drogas, cujos líderes, compactuados com o poder de polícia, que é competência do Estado, fazem parte do intitulado Estado paralelo. Estas são algumas exemplificações que caracterizam a diminuição da soberania nacional, mas que têm a legitimidade social de apoio e referência.

Segundo John Markoff (1999):

> *Na verdade, essa diminuição gera! da soberania nacional não é uniforme em todo o globo. Para os países saídos recentemente do colonialismo, cujo estatismo não existia até há poucas décadas, para os países periféricos sempre sujeitos aos caprichos dos investidores estrangeiros, para os gerentes estadistas das fusões de Estado/negócios de sucesso econômico na Asia, para os europeus do leste e do centro.... na verdade, o período recente tem sido, de muitas formas, um período de crescente capacidade do Estado.*

2. *Os* paises signatários deste acordo são: Brasil, Argentina, Bolívia e Uruguai. Recentemente, entrou a Venezuela. O Uruguai está informando sua intenção de se retirar, enquanto o Paraguai pleiteia aderir ao acordo,

3. Estados Unidos, Canadá e México integram o Nafta.

Um ponto relevante refere-se à redução da capacidade do Estado e do grau com que os próprios Estados nacionais abdicam do seu papel e de sua responsabilidade. Por exemplo, os Estados Unidos privatizaram as suas prisões, e até mesmo a segurança das bases militares está sendo repassada a empresas de segurança privada. O Estado, enquanto guardião da segurança do coletivo, abre mão de sua missão e função a outrem.

A cessão de uso da coisa pública para empresas privadas, nem sempre de capital nacional, está sendo uma prática comum em diversos Estados, que, através do processo de privatização, abstraem-se de áreas estratégicas e de soberania nacional, cedendo espaço ou criando espaços vazios que vêm sendo preenchidos por representantes particulares, ao invés de públicos.

A dimensão ideológica de restrição à atuação da esfera pública está criando o mito de supremacia do mercado, desta vez da área internacional, sobre os deveres do Estado e sua soberania, transformando-o num ator coadjuvante nas deliberações internas sobre a nação e no ator principal no fenômeno da globalização. O crescente mundo dos excluídos ou dos incluídos no universo da pobreza e da vulnerabilidade pode agravar a perda dos direitos dos cidadãos, acarretar crise de governabilidade e comoção doméstica, denegação política e soberana, enquanto viabiliza-se a globalização.

2. Ser ou não ser Estado nacional?

A questão está na mensuração do grau ideal de engajamento do Estado nacional no fenômeno da globalização. Padrões de transformação econômica, política e cultural tornaram o conflito político sobre o Estado nacional uma questão secundária, lembrada em casos extremos, como o de sua responsabilidade pelo empobrecimento e pela opressão de um lado e, de outro, pelo constrangimento provocado nos casos do sucesso econômico de algumas atividades.

Na primeira situação, atribui-se ao Estado nacional a causa plena da pobreza, designando-o como réu de ações ineficazes para superar as dificuldades individuais e de certas comunidades. Na outra situação, a presença do Estado nacional é um elemento de restrição ao processo de crescimento e, em conseqüência, de inserção no mundo globalizado. Contudo, o que ambas as situações têm em comum são as demarcações feitas pelos processos transnacionais, que preconizam novos paradigmas nos quais o Estado nacional é causa-efeito das conexões mal constituídas, que ferem os interesses das organizações globais.

Consoante Markoff (1999, p.83), há pelo menos quatro razões que são a essência da questão sobre as delimitações do Estado nacional e sua questão de identidade:

1. *Identidades fortes das transnacionais ameaçam a existência do Estado nacional.*
2. *Conflitos enquadrados em relação a exigências de minorias e em termos de identidades co-*

letivas (conflito entre capital e trabalho).

3. *Mobilização em torno das questões etnoculturais, que pode ser sufocada por sistemas políticos autoritários.*
4. *Grau das teorias democráticas dominantes com ênfase às noções dos direitos individuais e inclinação a desvalorizar reivindicações coletivas.*

Logo, forças de múltiplas facetas e poderosas acabam espraiando a globalização e salientando conflitos políticos estruturados em termos de identidade dos Estados nacionais, ao mesmo tempo em que promovem a globalização dos interesses transnacionais. O abandono da aspiração de se preservar o Estado nacional e de se construir uma sociedade com personalidade e reconhecimento de sua identidade pode, em decorrência, levar sua população ao mundo do desencanto e à busca de mitos ideológicos.

Talvez uma força dos Estados nacionais esteja na generalização dos movimentos sociais, que ainda se desenrolam nas arenas nacionais. Pensa-se globalmente, mas atua-se localmente. Enquanto a criatividade das pessoas em mudar de modalidade no embate contra as elites locais situa-se nas formas de organização tática e estratégica e no fortalecimento dos Estados nacionais, há que se procurar alternativas nos movimentos trabalhistas e na legitimação das práticas democráticas.

3. A dialética dos Estados nacionais

A questão que norteia o presente artigo firma-se na percepção do movimento dialético dos Estados nacionais, que, ao construírem a nova ordem internacional, (des) constróem os próprios Estados, enfraquecendo a sua essência e o seu papel, enquanto agente principal da construção de redes e de conexões.

Sassen (1999, p. 100) ratifica o texto anterior ao mencionar:

(...) estamos testemunhando processos incipientes de desnacionalização da soberania - o deslocamento parcial da soberania do Estado nacional. As formas específicas de poder e de legitimação transformaram-se(...).Se tal desnacionalização de soberania assinala a destituição do significado historicamente construído da soberania ou o restabelecimento de um novo significado, e para mim uma questão ainda aberta para pesquisa e teorização. E se isso representa a reconfiguração da dualidade interna/externa, como na análise de Walker (1995), é outra questão igualmente aberta.

Diante da reflexão de Sassen, pode-se pensar na escolha de uma trajetória analítica que facilite a avaliação das contradições intrínsecas no Estado nacional. A linha de raciocínio econômico explicita que a economia global, em sua excelência, materializa-se nos territórios dos Estados nacionais, assim como através das chamadas cidades globais. Por outro lado, certos aspectos de desregulamentação financeira e de investimentos são institucionais e não territoriais.

Enquanto a globalização deixa o território nacional basicamente inalterado, seu

efeito é pronunciado na territorialidade exclusiva do Estado nacional, através de práticas que vieram a constituir a soberania do Estado nacional. O fato é que a maioria dos processos de globalização que se materializaram em territórios nacionais, em especial os vinculados às funções bancárias internacionais, acabou por fortalecer instituições nacionais e, simultaneamente, enfraquecer muitas outras.

Em realidade, há uma nova geografia do poder na qual os Estados são territórios onde muito da globalização se realiza, redesenhando uma nova linha divisória entre as arenas de decisão e dos interesses que representam. Acresce a ascendência de um novo regime legal para governar as transações econômicas além das fronteiras nacionais, seja através de agências de regulação, seja no tocante a instituições internacionais de regulação, como a Organização Mundial do Comércio - OMC -, para efeito de mediação e arbitragem[4].

Outro ponto somado às questões apontadas refere-se à velocidade da dinâmica do espaço eletrônico, que permite a atuação virtual em tempo real, apontando uma crise que transcende a capacidade do Estado como aparato das instituições econômicas.

Esses indicadores apontados por Sassen permitem antever que a geografia do poder vem sendo delimitada pelas linhas da economia global em descompasso à capacidade interna do Estado nacional, que acaba sendo capturado pelas macro-ações do novo significado global-local.

A ausência da identidade com a cooperação dual está gerando um dualismo que nega o fato de os Estados nacionais se manterem não apenas como hipótese, mas como fato real e concreto, trazendo novos significados para o conjunto de práticas de poder soberano, constituído de poder local-global.

A dialética do dualismo dos Estados nacionais em viabilizar a globalização e, ao mesmo tempo, tentar preservar-se enquanto poder e signo do pertencimento de uma identidade constituída pela sociedade e por ela legitimada mostra-se cada vez mais aguda com o encolhimento do Estado para regular a economia interna e ocupar os procedimentos e processos no espaço organizacional das indústrias líderes transnacionais. Tal fato transparece que tais espaços são, dia a dia, mutuamente exclusivos.

Afirma Sassen (1999, p. 109):

Enquanto a globalização econômica estende a economia para além das fronteiras do Estado nacional e, portanto, da soberania, outras garantias parecem estar ameaçadas. Na verdade, a globalização e a desregulamentação governamental não implicam ausência de regimes regulatórios, como também de instituições, para a governância das relações econômicas internacionais. Entre as mais importantes do setor privado, hoje, encontra-se a arbitração comercial internacional e uma série de instituições que preenchem funções de análise e conselho, que se tornaram essenciais para a operação da economia global.

4. O sistema de arbitragem é controlado nos dias atuais pelos tribunais de contendas internacionais, paralelos à ação dos tribunais e de vários mecanismos de mediação jurídicos e não jurídicos. Segundo Dezalay e Garth, o significado de arbitragem comercial (....) *tornou-se cada vez mais formal e mais no estilo dos litígios americanos, ao mesmo tempo tendo mais êxito e institucionalização"* que há vinte anos.

Assim, pode-se afirmar que o Estado nacional está envolvido, de muitas formas, na emergência da governância internacional, que vem passando por transformações em sua própria legitimação e doutrinação em diferentes fóruns, em especial no econômico, que se mostra com mais visibilidade.

4. Conclusão

Robertson (1992, pp.58-60) propõe pensar a globalização nos últimos 250 anos sob a forma de fases, classificando-a na seguinte datação:

1. Fase germinal - Durante os séculos XV e XVIII, na Europa, quando floresceu o capitalismo em sua forma mais primitiva.
2. Fase incipiente - Durante o século XVIII e parte do século XIX (até 1870), também na Europa, quando a hegemonia inglesa começou seu declínio e os trabalhadores organizaram-se em associações/agremiações de classes.
3. Fase crucial da decolagem - De 1870a meados da década de 1920, incorporando sociedades não apenas européias, mas também as americanas, as asiáticas e outras, destacando a nova potência que emergia de forma contundente após a Segunda Grande Guerra.
4. Fase da luta pela hegemonia - De 1920 a 1960, envolvendo a expansão do princípio de autodeterminação nacional para incluir o chamado Terceiro Mundo, época em que nascem os chamados Tigres Asiáticos e os NIC´s - Novos Países Industrializados ou de industrialização tardia.
5. Fase da incerteza - quando ocorre o desmembramento entre nação e Estado e surge a tematização sobre polietnicidade e multiculturalidade - ainda em fase de processo, com nítida percepção da queda do *hegemon* norte-americano.

Tal forma de globalização fundamenta-se em quatro pontos centrais: Estados-nação, indivíduos, sistema de relações internacionais e humanidade como realidade concreta e não apenas filosófica e teológica.

Esses atores se inter-relacionam numa arena comum, que é o mercado global, articulados por ações dos Estados nacionais que, ao criarem espaços para o andarilhamento dos agentes, acabam abdicando de suas funções pétreas ou, pelo menos, reduzindo sua participação na construção da territorialidade social e econômica das sociedades do atual século.

Resta, portanto, a constatação do processo dialético que está permeando os Estados nacionais: promovem a expansão da dinâmica e da velocidade da globalização em detrimento de sua importância, ao mesmo tempo em que estão lutando estrategicamente para continuarem a ser os Estados nacionais, nos quais as sociedades se sentem pertencentes e identificadas.

5. Referências bibliográficas

ALBROW, M. "Nacionalidade e identidade na era global". In: **Globalização e identidade** nacional. São Paulo: Ed. Atlas AS, 1999. p. 19-38

BARROSO, J.R. *Identidades coletivas e as cidades globais: triangulações com a cultura global.* In: **Globalização e identidade nacional.** São Paulo: Ed. Atlas AS, 1999. p. 163-184

DEZALAY, Y. e GARTH, B. *Merchants on law as moral entrepreneurs: constructing International justice from the competition for transnational business disputes.* **Law and Society Review**, 1985, 29, n.1.p.27-64.

KING, D. A. Cidades, nações, globalização e identidade: revisitando a cidade global e mundial. In: **Globalização e identidade nacional.** São Paulo: Ed. Atlas AS, 1999. p.121-144.

MARKOFF, M. Globalização e democracia: conexões conturbadas. In: **Globalização** e identidade **nacional.** São Paulo: Ed. Atlas AS, 1999. p.65-95.

ROBERTSON,R. Identidade nacional e globalização: falácias contemporâneas. In: **Globalização e identidade nacional.** São Paulo: Ed. Atlas AS, 1999. p.145-162.

__ __ . *Globalization: social theory and global culture. Londres:* Sages,1992.

SASSEN,S. Território e territorialidade na economia global. In: **Globalização e identidade nacional.** São Paulo: Ed. Atlas AS, 1999. p.99-120.

STEWART,P. e STRATHERN A. Global, nacional, local: escalas móveis, ternas constantes. *In:* **Globalização e identidade nacional**. São Paulo: Ed. Atlas AS, 1999. p.39-64.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.

Fonte: Revista Matteria Primma, n. 1, p. 23-30, 2 sem. 2007.